

Queila Pahim da Silva  
org.

# Turismo

Reflexões e Desafios - Volume II



  
Pantanal Editora

2022

**Queila Pahim da Silva**  
Organizadora

**Turismo: reflexões e desafios**  
**Volume 2**



Pantanal Editora

2022

Copyright© Pantanal Editora

**Editor Chefe:** Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

**Editores Executivos:** Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

**Diagramação:** A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

### Conselho Editorial

#### Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
Prof. Msc. Adriana Flávia Neu  
Prof. Dra. Allys Ferrer Dubois  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior  
Prof. Msc. Aris Verdecia Peña  
Prof. Arisleidis Chapman Verdecia  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva  
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo  
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu  
Prof. Dr. Carlos Nick  
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos  
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva  
Prof. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos  
Prof. Msc. David Chacon Alvarez  
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira  
Prof. Dra. Denise Silva Nogueira  
Prof. Dra. Dennyura Oliveira Galvão  
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins  
Prof. Dr. Fábio Steiner  
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza  
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez  
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles  
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira  
Prof. Msc. Javier Revilla Armesto  
Prof. Msc. João Camilo Sevilla  
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales  
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski  
Prof. Msc. Lucas R. Oliveira  
Prof. Dra. Keyla Christina Almeida Portela  
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez  
Prof. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann  
Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior  
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos  
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla  
Prof. Msc. Mary Jose Almeida Pereira  
Prof. Msc. Núbia Flávia Oliveira Mendes  
Prof. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira  
Prof. Dra. Patrícia Maurer  
Prof. Dra. Queila Pahim da Silva  
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty  
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke  
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva  
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes  
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)  
Prof. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos  
Msc. Tayronne de Almeida Rodrigues  
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca  
Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira  
Prof. Dra. Yilan Fung Boix  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

#### Instituição

OAB/PB  
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã  
UO (Cuba)  
IF SUDESTE MG  
Facultad de Medicina (Cuba)  
ISCM (Cuba)  
UFESSPA  
UEA  
UNEMAT  
UFV  
AJES  
UFGD  
UEMS  
IFPA  
UNICENTRO  
IFMT  
UFMG  
URCA  
ISEPAM-FAETEC  
IFG  
UEMS  
UFF  
(Colômbia)  
UNAM (Peru)  
IFRR  
UCG (México)  
Mun. Rio de Janeiro  
UNMSM (Peru)  
UFMT  
Mun. de Chap. do Sul  
IFPR  
Tec-NM (México)  
Consultório em Santa Maria  
UFJF  
UEG  
FAQ  
UNAM (Peru)  
SEDUC/PA  
IFB  
IFPA  
UNIPAMPA  
IFB  
UO (Cuba)  
UFMS  
UFPI  
UFG  
UEMA  
IFB  
  
UFPI  
FURG  
UO (Cuba)  
UFT

Conselho Técnico Científico  
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior  
- Esp. Maurício Amormino Júnior  
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b> <b>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
T938	Turismo [livro eletrônico]: reflexões e desafios: volume 2 / Organizadora Queila Pahim da Silva. – Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2022. 80p.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-81460-43-3 DOI <a href="https://doi.org/10.46420/9786581460433">https://doi.org/10.46420/9786581460433</a>  1. Turismo – Pesquisa – Brasil. 2. Lazer. I. Silva, Queila Pahim da. II. Título.  CDD 338.4791
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.  
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.  
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).  
<https://www.editorapantanal.com.br>  
[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)

## **Apresentação**

Por abarcar diversas esferas, como por exemplo, a econômica, política, social, ambiental e acadêmica, a atividade turística enfrenta inúmeros desafios e nos desafia a refletir e agir em relação à sustentabilidade econômica, ambiental e social das localidades. Diante do exposto, este livro traz à baila questões relacionadas ao turismo em diferentes regiões do nosso país, sob a ótica de distintos pesquisadores.

O primeiro capítulo: “O sabor do inhame: receitas, saberes e histórias” discute as relações entre a comida, as representações de gênero, produção de identidade e memória a partir de um livro de receitas de inhame, produzido pelo Sobrado Cultural Rural de Barra Alegre em Bom Jardim, região serrana do estado do Rio de Janeiro.

O segundo capítulo intitulado “Sustentabilidade Econômica do crochê: uma análise através do artesanato, cultura e turismo,” analisa os significados do artesanato através do crochê e os desafios da precificação de suas peças com vistas a oportunizar lucratividade, sustentabilidade econômica e valorização desta arte, ao apresentar o Programa Gaúcho do Artesanato (PGA), desenvolvido no Rio Grande do Sul.

No terceiro capítulo: “Diagnóstico das condições ambientais, higiênico-sanitárias e atendimento ao turista estrangeiro em pousadas de São José da Coroa Grande-PE”, apresenta-se um diagnóstico das condições ambientais, higiênico-sanitárias e de atendimento ao turista estrangeiro no referido município, com a finalidade de gerar informações e sugestões para melhorias na atuação relacionada à legislação específica para serviços de alimentos, atendimento ao turista estrangeiro e melhor uso dos recursos ambientais dos estabelecimentos hoteleiros participantes da pesquisa.

O quarto capítulo: “Panorama do Estágio Supervisionado do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS,” nos traz uma reflexão sobre a caracterização e importância da educação profissional e tecnológica e dos cursos superiores de tecnologia, apresentando um desafio da prática de estágio supervisionado em um curso de Turismo desta modalidade de educação na cidade de Aracaju/ SE.

E para finalizar, o quinto capítulo: “Consequências da pandemia de covid-19 no setor de eventos sob uma perspectiva de gênero, raça e classe”, aborda como as mulheres trabalhadoras de eventos enfrentaram a pandemia, considerando o contexto de gênero, raça e classe que perpassam suas vidas e refletem no contexto laboral, pois as desigualdades que atingem essas mulheres fazem com que haja diferentes impactos para cada grupo social.

Uma ótima leitura e em breve teremos novas edições.

A organizadora.

## Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>4</b>
<b>Capítulo 1.....</b>	<b>6</b>
Os sabores do inhame: receitas, saberes e histórias.....	6
<b>Capítulo 2.....</b>	<b>20</b>
Sustentabilidade Econômica do crochê: uma análise através do artesanato, cultura e turismo .....	20
<b>Capítulo 3.....</b>	<b>39</b>
Diagnóstico das condições ambientais, higiênico-sanitárias e atendimento ao turista estrangeiro em pousadas de São José da Coroa Grande-PE.....	39
<b>Capítulo 4.....</b>	<b>50</b>
Panorama do Estágio Supervisionado do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS .....	50
<b>Capítulo 5.....</b>	<b>67</b>
Consequências da pandemia de COVID-19 no setor de eventos sob uma perspectiva de gênero, raça e classe.....	67
<b>Índice Remissivo .....</b>	<b>83</b>
<b>Sobre a organizadora .....</b>	<b>84</b>

## Panorama do Estágio Supervisionado do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS

Recebido em: 15/06/2022

Aceito em: 19/06/2022

 10.46420/9786581460433cap4

Cristiane Santos Picanço<sup>1\*</sup> 

Luiz Carlos Gonçalves<sup>2</sup> 

Luciana Novais Maciel<sup>3</sup> 

### INTRODUÇÃO

A educação profissional e tecnológica tem em sua essência o trabalho como princípio educativo, o que significa ir muito além da necessidade da formação para ocupar postos de trabalho, até porque, conforme afirma Ramos (2017, p. 26), o trabalho “orienta uma educação que reconhece a capacidade de todo ser humano de desenvolver-se de maneira produtiva, científica e cultural, no seu processo de formação”.

Nessa dimensão, o referencial da natureza dos cursos tecnológicos considera que a formação do tecnólogo deve ser mais densa em tecnologia, diretamente ligada à produção e gestão de bens e serviços, o que não significa dizer ausência de conhecimento científico (Brasil, 2002a). Por esta perspectiva, o conceito de tecnologia precisa ser deslocado da técnica, como a “aplicação sistemática de conhecimentos científicos para processos e artefatos”, e assumir o “conceito de tecnologia como construção social, produção, aplicação e apropriação das práticas, saberes e conhecimentos” (Moura, 2008). Assim, a sua concepção de currículo deve estar de acordo com “valores que fomentem a criatividade, a iniciativa, a liberdade de expressão, a intuição, a inovação tecnológica, a descoberta científica, a criação artística e cultural” (Brasil, 2002a) e ainda, suas respectivas aplicações técnicas e tecnológicas.

Considerando, portanto, esses pressupostos, o Curso Superior de Tecnologia de Gestão de Turismo, do Instituto Federal de Sergipe (IFS), estabelece o estágio supervisionado como componente curricular obrigatório em seu currículo, por que reconhece no estágio um grande potencial de aprendizagem para o aluno, visto que, proporciona a oportunidade do desenvolvimento dos seus conhecimentos técnicos, científicos e tecnológicos “por meio da articulação e contextualização de saberes com as demandas reais de um ambiente de trabalho” (IFS, 2018). Ademais, devido a área de turismo ser multidisciplinar, o estágio pode contribuir para o estudante conhecer mais de perto as muitas

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Sergipe

<sup>2</sup> Instituto Federal de Sergipe

<sup>3</sup> Faculdade Pio Décimo

\* Autora correspondente: cristiane.picanco@ifs.edu.br

possibilidades do seu campo de atuação, e se dirigir para sua escolha de atuação profissional com mais asserção.

Sabe-se, porém, que a função do estágio vai além disso, e muitos outros benefícios podem ser atribuídos a realização deste componente curricular, como a ampliação de redes de contato, aquisição de experiência no mercado de trabalho, o conhecimento de importantes lições sobre a sua área de atuação, dentre outras. Por outro lado, o estágio é também um campo árido, à medida em que as empresas nem sempre oferecem remuneração para o estudante, e em alguns casos há inclusive desvio de função, situação em que o estagiário desempenha outras tarefas que não se relacionam com a sua formação.

Diante desses contrapontos, faz-se necessária a reflexão sobre o estágio obrigatório do curso de Gestão de Turismo, no sentido de fornecer indicadores a respeito deste componente curricular que faz uma interlocução com o mundo do trabalho. Em vista disso, desenvolveu-se o presente estudo, tomando por base as seguintes questões: em quais segmentos do mercado turístico os estudantes do curso de turismo realizam o estágio obrigatório? Como os estagiários são avaliados pelas instituições onde realizam os estágios?

Sendo assim, a pesquisa objetivou analisar o estágio supervisionado obrigatório do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS, e especificamente: caracterizar a composição do estágio supervisionado deste curso; identificar as empresas do setor de turismo em que os alunos realizam o estágio supervisionado obrigatório; examinar a avaliação dos estagiários, sob a perspectiva das instituições onde os estágios foram realizados.

## **VERTENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Ao se refletir sobre o homem e o seu processo de desenvolvimento é irrefutável o papel da educação, pois, como afirma Libâneo (2006), “toda modalidade de influências e interrelações, que convergem para a formação de traços de personalidade, social e do caráter, implicando uma concepção de mundo [...]”, correspondem à educação.

Essa afirmativa endossa que não só a escola promove a educação. Por certo, os processos formativos também ocorrem na convivência familiar, no trabalho, nas instituições religiosas, dentre outros ambientes. No entanto, quando se trata da educação escolar, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB Brasil (1996), estabelece que deve ser desenvolvida “predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias”.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), à qual este estudo se debruça, situa-se nesta esfera da educação escolar, carregada de significados. Se analisado o seu percurso, vê-se a dualidade do ensino no Brasil, da formação para o trabalho instrumental e para o trabalho intelectual imbrincadas nas reformas e contrarreformas da educação; no ensino médio (Frigoto, Ciavatta e Ramos, 2005; Kuenzer, 2017; Ramos, 2017) e no ensino superior de tecnologia (Brandão, 2009; Machado, 2008; Picanço, 2011).

Nesta direção, Ramos e Frigotto (2017), reiteram que, em virtude da burguesia brasileira na sua história, ter “optado por associar-se aos centros hegemônicos do capital e construir uma sociedade de capitalismo dependente, faz com que as contrarreformas na educação busquem adequar a formação aos requisitos do trabalho simples”.

Não é demais lembrar que a educação não está a serviço do trabalho, mas ambas se completam, são duas categorias que dizem respeito à formação do homem. E neste caso, numa concepção dialética do trabalho como princípio educativo, “a educação para o trabalho se torna formação humana, com o desenvolvimento de todo potencial intelectual, físico e afetivo de produção da vida, de compreensão dos processos sociais e de resistência à exploração” (Ciavatta, 2019). Outrossim, Tardif (2014) reitera o que Marx já enunciou, que toda *práxis* social é, de certa maneira, “um trabalho em que o processo de realização desencadeia uma transformação real no trabalhador, onde ele transforma a si mesmo no e pelo trabalho”.

A desconstrução da lógica da “educação para o trabalho” com um viés de mercado em atendimento às suas demandas, não é algo novo. Sabe-se do esforço dos profissionais da educação, através das suas pesquisas, da instauração dos instrumentos legais, e da mobilização da sociedade, para o reconhecimento da EPT que, em sua concepção, deve orientar (Brasil, 2010):

Os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2010).

É preciso reconhecer esses resultados, e os novos caminhos trilhados pela EPT. Porém, ainda há muito o que se fazer neste sentido, já que o seu espaço é sempre uma disputa, que está no cerne do capitalismo dependente (Frigotto et al., 2014). Para ilustrar alguns resultados, citam-se mudanças importantes que se iniciaram em 2003, por meio da elaboração de uma política pública de EPT distinta das “tendências fragmentadas e focalizadas” dos períodos anteriores, como assinalam Frigotto et al. (2014). Todo o sistema público que atua na EPT, nas redes federal, estadual e municipal, foram contemplados com essa política. Cita-se aqui, a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e no seu âmago os Institutos Federais, com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

## **CARACTERIZAÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA**

Os cursos de tecnologia se dirigem a uma formação especializada em áreas científicas e tecnológicas, não apenas voltados para a prática. Faz parte da sua constituição, o desenvolvimento de competências profissionais tecnológicas para a gestão de processos e a produção de bens e serviços. Estas competências, por sua vez, se traduzem na condição pessoal de “mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico” (Brasil, 2002a).

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia norteiam esses cursos quanto aos seus objetivos, características e duração, e estabelecem, nos quatro primeiros incisos em seu Art. 2º, que os cursos de educação profissional de nível tecnológico, deverão (Brasil, 2002b):

I - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos; II - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho; III - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços; IV - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias (Brasil, 2002b).

Diferente das outras graduações, que têm Diretrizes Curriculares para cada curso, os cursos tecnológicos possuem Diretrizes Curriculares Gerais, que respaldam todos os cursos dispostos no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Neste Catálogo, os cursos, um total de 134, são agrupados por 13 eixo<sup>4</sup> (Brasil, 2016).

A concepção de currículo nos cursos tecnológicos, similar aos demais cursos de graduação, diz respeito aos propósitos claros que a escola planeja atingir, buscando formar cidadãos responsáveis, interativos e profissionais inovadores. A origem da palavra currículo advém do latim *Scurrere*, que significa “correr” e, por isso, “currículo” remete ao sentido de “curso”, o que, etimologicamente, pode ser compreendido como um caminho a ser seguido (Goodson, 1995). Diante disso, pode-se entendê-lo como um elemento que adquire uma forma e um significado educativo à medida que passa por uma série de processos transformadores incluídos nas atividades práticas onde representa diretamente o objeto.

Tratando-se do itinerário formativo, documento que materializa a ideia do currículo, os componentes devem levar em consideração que se trata de uma práxis, antes de ser um objeto inerte, proveniente de um modelo coerente de pensar a educação ou aprendizados necessários às crianças e aos jovens e sequer se dissipa na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. Isto é, o currículo é a concretização das atribuições da própria escola e sua forma particular de evidenciá-las num determinado nível ou modalidade educacional (Sacristán, 2017). Isso mostra a importância de se buscar novas resoluções e direcionamentos acerca dos currículos e programas das escolas, no sentido de estimular o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas, sociais e profissionais (Gatti, 2000).

Neste âmbito dos componentes curriculares chama-se à atenção sobre o Estágio supervisionado, uma etapa de aprendizado que pode ser realizada por alunos de todas as graduações, em alguns casos, de forma obrigatória, quando exigido na **matriz curricular do curso**. É uma atividade que deve ser efetivada em um ambiente de trabalho e requer uma conexão cuidadosa com o mercado de trabalho. Trata-se de uma **vivência prática de aprendizado**, regulamentada pela Lei nº 11.788 de 2008, que

---

<sup>4</sup> Eixos: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança; Turismo, Hospitalidade e Lazer (Brasil, 2016).

também busca garantir que a modalidade de contratação atenda aos princípios e requisitos da preparação de estudantes para o mercado antes de completarem a formação (Brasil, 2008). A legislação define que essa atividade **não é considerada um trabalho**, o que quer dizer que não há vínculo empregatício entre a empresa e o estagiário.

Nos Cursos Superiores de Tecnologia, é um componente facultativo. No entanto, cabe reconhecer a sua importância na formação do tecnólogo, posto que, a prática do estágio supervisionado permite ao estagiário conhecer, analisar e refletir sobre o ambiente de trabalho. Para isso, o aluno de estágio precisa enfrentar a realidade munido das teorias que aprende ao longo do curso, do pensamento crítico, de experiências vividas enquanto aluno, das concepções que carrega sobre sua formação, além das habilidades desenvolvidas ao longo do percurso acadêmico. Assim, “considerar o estágio como campo de conhecimento significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supere sua tradicional redução à atividade prática instrumental” (Pimenta; Lima, 2012).

## **O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO DO IFS**

O estágio supervisionado se constitui em um exercício pré-profissional em que o aluno permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, desenvolvendo atitudes fundamentais para o exercício da profissão. Sobre esse tema, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, dizem que: “A carga horária mínima dos cursos superiores de tecnologia será acrescida do tempo destinado a estágio profissional supervisionado, quando requerido pela natureza da atividade profissional [...]” (Brasil, 2002b). E, no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) deve estar especificada a carga horária e os planos de realização de estágio.

Sobre a relevância do estágio, Tardif (2014) argumenta que raramente acontece de a formação teórica não precisar ser complementada com uma formação prática, uma vivência direta com o trabalho, experiência de duração variável na qual o trabalhador se familiariza com seu ambiente e assimila progressivamente os saberes necessários à realização de suas tarefas.

No Curso de Gestão de Turismo do IFS<sup>5</sup> o estágio supervisionado é obrigatório, conforme descrito em seu PPC. O itinerário formativo do curso compreende 35 disciplinas curriculares, que contabilizam 1.650 horas, além de 130 horas de atividades de estágio obrigatório (IFS, 2018a). De acordo com o seu PPC, o “estágio poderá ser desenvolvido em empresas do segmento turístico, ou não, desde que o aluno tenha a oportunidade de vivenciar, no local do estágio, as práticas dos segmentos operacionais do turismo” (IFS, 2018a). As práticas citadas devem estar relacionadas aos conteúdos das disciplinas que discutem as operações turísticas.

---

<sup>5</sup> O Curso de “Gestão de Turismo” sucedeu ao curso “Tecnólogo em Ecoturismo”, iniciado em 2004, pelo então Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe–CEFET-SE, precursor do IFS (Picanço, 2011).

Também no PPC, há a recomendação do exercício do estágio a partir do terceiro período do curso e a orientação de que “as atividades de estágio não obrigatório, desenvolvidas antes desse período, serão aproveitadas para efeito de estágio obrigatório, desde que tenham atingido a carga horária exigida e estejam vinculadas com o turismo” (IFS, 2018a). O documento relaciona ainda três possibilidades de equiparação ao estágio obrigatório em 100%: de atividades de extensão, de monitoria, e de iniciação científica. Para isso, o PPC (IFS, 2018a), condiciona que essas atividades “tenham sido vinculadas ao Curso de Gestão de Turismo, realizadas por intermédio do IFS e perfaçam no mínimo 130 horas” (IFS, 2018a).

Além do PPC, o estágio no curso de Gestão de Turismo segue a Resolução nº 46 do Conselho Superior (IFS, 2018b), que institui normas e procedimentos para a operacionalização do estágio obrigatório e não obrigatório de estudantes do IFS.

Mediante os documentos descritos, observa-se que há uma organização e direcionamento do estágio no curso de Gestão de Turismo, o que leva a crer da sua importância para o corpo docentes e estudantes. E nessa direção, Tardif (2014) acrescenta que o saber profissional se nutre a partir da associação de suas fontes e lugares de aquisição com os seus momentos e fases de construção, dando início ao que se denomina de trajetória profissional. Em síntese, os saberes que são assimilados no percurso pré-profissional têm um peso importante na compreensão da natureza dos saberes, do saber-fazer e do saber-ser.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Esta pesquisa se classifica como exploratória, que na concepção de Rauen (2015) “apresenta os aspectos ricos e imprevistos que envolvem uma determinada situação, ou seja, é essencial para uma definição mais precisa de um objeto de estudo”. Paralelamente, é descritiva, pois se alinha ao entendimento que a natureza mutante justifica o uso das descrições, a fim de monitorar padrões, e com isso, gerar possíveis explicações (Veal, 2011).

Seu delineamento é de uma pesquisa bibliográfica, que “utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados” (Severino, 2007). E, ainda, pesquisa documental, em que “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (Lakatos; Marconi, 2003).

Configura-se como um estudo de caso, descritivo e analítico, que se distingue por compreender como se processa um evento contemporâneo dentro de um contexto, em que, os pesquisadores “não detêm domínio sobre a orientação de seus sujeitos respondentes e elementos de pesquisa” (Tormes et al., 2018).

A sua abordagem é de natureza qualitativa e quantitativa. O aspecto qualitativo se define pelo levantamento de dados sobre o objeto ao qual se pesquisa, a fim de entender as motivações dos indivíduos para utilizá-lo. Segundo Dencker (1998), “nos projetos de pesquisa qualitativa deverão constar todas as informações que puderem ser antecipadas”. Dessa forma, permite-se aprofundar todo o conhecimento sobre o objeto a ser pesquisado no intuito de um melhor aproveitamento do mesmo. Já a abordagem quantitativa, conforme citam Gerhardt e Silveira (2009), que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana.

A obtenção dos dados se deu através da consulta do documento “Ficha de Avaliação Geral do Estagiário na Empresa”, fornecido pelo setor do IFS, Núcleo de Apoio ao Estágio (NAE). Foram avaliadas 22 dessas “Fichas”, que correspondem a estágios com carga horária de 130 h, conforme a determinação do PPC, realizados por alunos do Curso de Gestão de Turismo, no período entre julho de 2018 e dezembro de 2019. Foram excluídas para análise, as “Fichas” que identificaram a equiparação de outras atividades (monitoria, pesquisa e extensão) ao estágio, um total de 3.

Na “Ficha” foi possível identificar as empresas do setor de turismo onde os alunos fizeram o estágio, bem como a pontuação que obtiveram no seu desempenho durante o período de desenvolvimento das atividades, conforme os quesitos do documento. Esta “Ficha” é preenchida pelo supervisor da instituição concedente e a sua composição é de 12 questões semiestruturadas<sup>6</sup>, que versam sobre vários aspectos. Dentre estas questões, optou-se pela análise de 4 delas (Quadro 1).

**Quadro 1:** Relação das Questões analisadas na Pesquisa. Fonte: os autores.

<b>Descrição das questões</b>
Questão 01 - Facilidade de compreensão (rapidez e facilidade em entender, interpretar e pôr em prática instruções e informações verbais ou escritas).
Questão 02 - Conhecimento técnico/teórico (conhecimento demonstrado no cumprimento de suas tarefas, tendo em vista sua formação).
Questão 03 - Iniciativa (capacidade de procurar novas soluções sem prévia orientação, dentro de padrões adequados).
Questão 04 - Integração social com a chefia, no cumprimento do trabalho.

<sup>6</sup> 1. Conhecimento técnico (produtividade); 2. Facilidade de compreensão (rapidez e facilidade em entender, interpretar e pôr em prática instruções e informações verbais ou escritas); 3. Conhecimento técnico/ teórico (conhecimento demonstrado no cumprimento de suas tarefas, tendo em vista sua formação); 4. Conhecimento técnico/prático (conhecimento técnico demonstrado em oficinas, laboratórios, etc. no cumprimento de suas tarefas); 5. Organização de método no trabalho (uso de meios racionais visando melhoras e produtividade no trabalho); 6. Iniciativa (capacidade de procurar novas soluções sem prévia orientação, dentro de padrões adequados); 7. Integração social com a chefia, no cumprimento do trabalho; 8. Padrão comportamental do estagiário na sua empresa; 9. Capacidade de relacionar-se efetivamente com a empresa (demonstrada através de atitudes e de participações, da valorização do seu trabalho, do desejo de progredir profissionalmente); 10. Avaliação da preocupação do egresso quanto a: a) normas técnicas e custos; b) controle de qualidade; c) meio ambiente; d) custos; e) segurança; 11. Descrição sucinta das atividades pelo egresso; 12. Espaço reservado para comentários e sugestões da empresa (IFS, 2018).

A partir dessa análise foram elaborados gráficos contendo os resultados estatísticos de cada segmento da cadeia produtiva do turismo onde os estágios obrigatórios foram realizados. Para obtenção das médias de cada segmento foi necessário calcular a Média Ponderada, que, conforme explica Tiboni (2003, p. 106), “[...] é obtida pelo quociente entre a somatória dos produtos de cada variável pelo respectivo peso (frequência) e a somatória dos pesos (somatória das frequências).”

Desse modo, o cálculo da média foi realizado somando as multiplicações da frequência vezes o peso, dividindo pelo número total de alunos que foram avaliados”. (Formula 1).

Fórmula 1: Média Ponderada

$$MP = \frac{(F \times 1) + (R \times 2) + (B \times 3) + (O \times 4)}{NA}$$

Onde: F- Fraco; R - Regular; B - Bom; O - Ótimo; NA - Número de Alunos.

Com relação a Variância, Barbosa (2004, p. 41) salienta que “é uma medida com magnitude distinta dos dados originais” (Fórmula 2).

Fórmula 2: Cálculo da Variância

$$Var = \frac{\sum NT.(x_i - MP)^2}{p-1}$$

Onde:  $x_i$ - peso de cada nível; Var – Variância

$\sum NT.(x_i - MP)^2$  – Somatório da multiplicação da frequência de cada nível pelo quadrado da diferença entre o peso de cada nível e a média.

p – Número total de alunos

O Desvio padrão conforme cita Barbosa (2004, p. 41), é “[...] dado pela raiz quadrada positiva da variância”. O cálculo do desvio padrão foi realizado, porque não envolveu todos os alunos dos cursos e sim uma amostra do mesmo. (Fórmula 3).

Fórmula 3: Cálculo do desvio padrão

$$DP = \sqrt{Var}$$

Onde: DP- Desvio padrão.

Tiboni (2003, p.155) explica que “o coeficiente de variação é a relação entre o desvio padrão e a média aritmética, multiplicada por 100”. (Fórmula 4). Ainda de acordo com Tiboni (2003, p. 155) “utilizamos o coeficiente de variação na comparação do grau de concentração em torno da média para séries distintas”.

Fórmula 4: Cálculo do coeficiente de variação

$$CV = \frac{Desvio\ Padrão}{Média\ Aritmética} \times 100$$

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constatou-se na pesquisa que três empresas do setor de turismo e duas instituições públicas (que foram denominadas na pesquisa de poder público), atenderam aos estagiários do curso de Gestão de Turismo. Os segmentos foram: hospedagem, agenciamento de viagens (agências de viagens e turismo), e restaurante. E os representantes das instituições públicas (poder público), foram: Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo (SEMICT) e Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR).

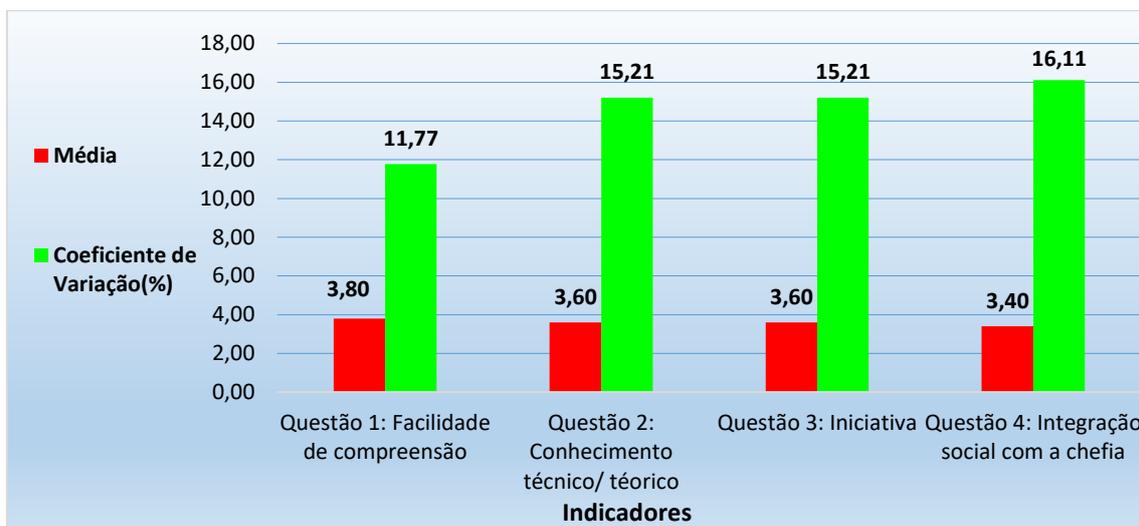
Com relação a estes últimos, “o poder público”, a oferta de estágio é feita de forma contínua e recebe um número expressivo de estagiários. Porém, essas instituições os alocam em Centros de Atendimento ao Turista (CAT) e em Postos de Informações Turísticas, localizados próximos a atrativos e equipamentos turísticos de Aracaju, onde os serviços prestados resumem-se a prestar informações a turistas e também aos autóctones que adentram a esses espaços, funções que não agregam muitos conhecimentos acerca da gestão do turismo.

Retomando os dados relativos às empresas do setor de turismo, é preciso considerar a sua diversidade na cadeia produtiva do turismo. Logo, os resultados citados anteriormente revelam uma restrição dos estágios do curso no mercado. As razões para isso podem variar e indicar situações comuns, como a escolha do aluno por empresas de segmentos mais visíveis na área, empresas com restrições para atendimento a estagiários, dentre outros. Por outro lado, pode estar havendo uma falta de interlocução do IFS com o mundo do trabalho, ou, até mesmo, a rejeição de algumas empresas ao estagiário do curso de Gestão de Turismo. Essas questões não conseguem ser respondidas com esta pesquisa, mas indicam um caminho importante para investigação do curso, pois se faz necessário oportunizar ao estudante um exercício preparatório da realidade que será por ele vivenciada em decorrência de sua escolha profissional. E, do mesmo modo, a quantidade e variedade de empresas que estabelecem convênio de estágio com o IFS, representa uma gama de possibilidades de emprego e inserção dos alunos no mercado turístico, inclusive através da alteração do vínculo do aluno com a empresa, ao final da realização da atividade de estágio.

Outro ponto relevante da pesquisa foi a escolha, para análise, de questões específicas da “Ficha de Avaliação Geral do Estagiário na empresa”. O critério foi estabelecido em função da essência de seus temas, que simbolizam tópicos importantes de serem trabalhados para o reconhecimento de um profissional qualificado. Nos Gráficos expostos a seguir são apresentadas essas questões, indicadas como “categorias”, e a análise dos mesmos. As notas atribuídas aos estagiários seguiram os critérios indicados na Ficha de Avaliação supracitada, em que: “1” é o equivalente a fraco, “2” a regular, “3” a bom, e “4”, a ótimo, a maior nota.

O Gráfico 1 apresenta os estágios desenvolvidos em empresas do setor de hospedagem, com um total de 5 alunos. A média mais alta deste Gráfico (3,80) foi pontuada no indicador “facilidade de compreensão”, o que, principalmente no setor de hotelaria, reflete diretamente no esforço para entender as necessidades dos clientes, ao que salienta Spinillo (2013), quando cita que a compreensão deriva da

interação entre o interlocutor e o ouvinte e envolve três dimensões: social, linguística e cognitiva. Esse aspecto é levado em consideração no momento em que o cliente faz a avaliação dos serviços prestados, o que significa um fator primordial para as boas perspectivas organizacionais.

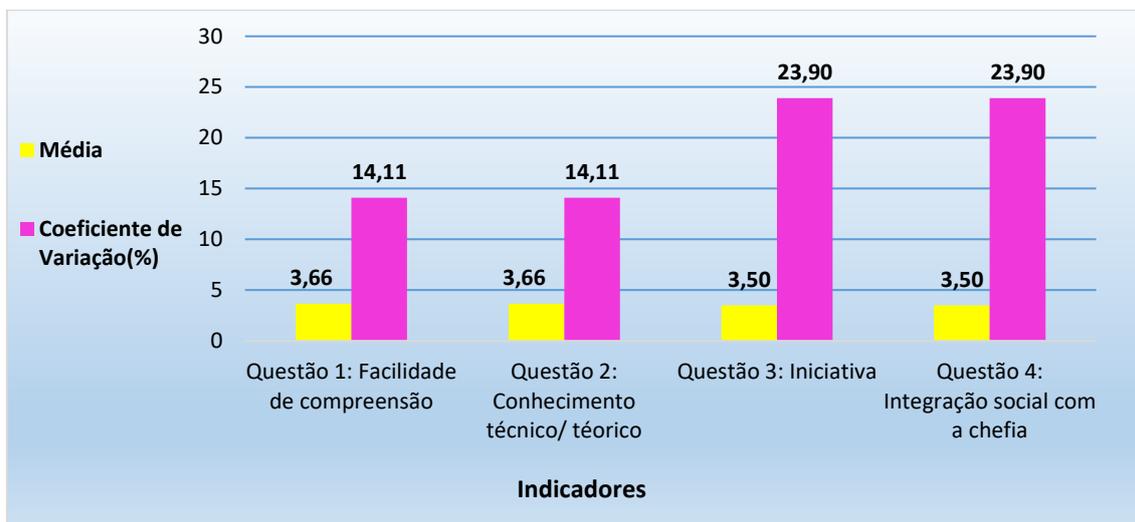


**Gráfico 1.** Empresas do setor de Hospedagem p=5 Aracaju, Sergipe, nov. 2020. Fonte: os autores (2020).

O elemento humano é o agente mais importante no processo de acolhimento. Segundo Castelli (2016) é “da qualidade das interfaces dos colaboradores com os hóspedes que depende, em grande parte, a formação de uma imagem positiva ou negativa do estabelecimento hoteleiro”. Neste mesmo viés, Flores (2002) ressalta que “o componente humano é essencial para o sucesso dos empreendimentos turísticos e somente um profissional qualificado poderá oferecer a eficiência esperada”. Isso significa que, tão importante quanto a qualidade de um produto, é ter uma equipe profissional qualificada para elevar o nível de satisfação dos clientes.

No Gráfico 2, onde são demonstrados os resultados das avaliações dos 6 alunos estagiários em agenciamento (nas agências de viagens e turismo), dois indicadores obtiveram a maior média, ambas iguais: “facilidade de compreensão” (3,66) e “conhecimento técnico/teórico” (3,66).

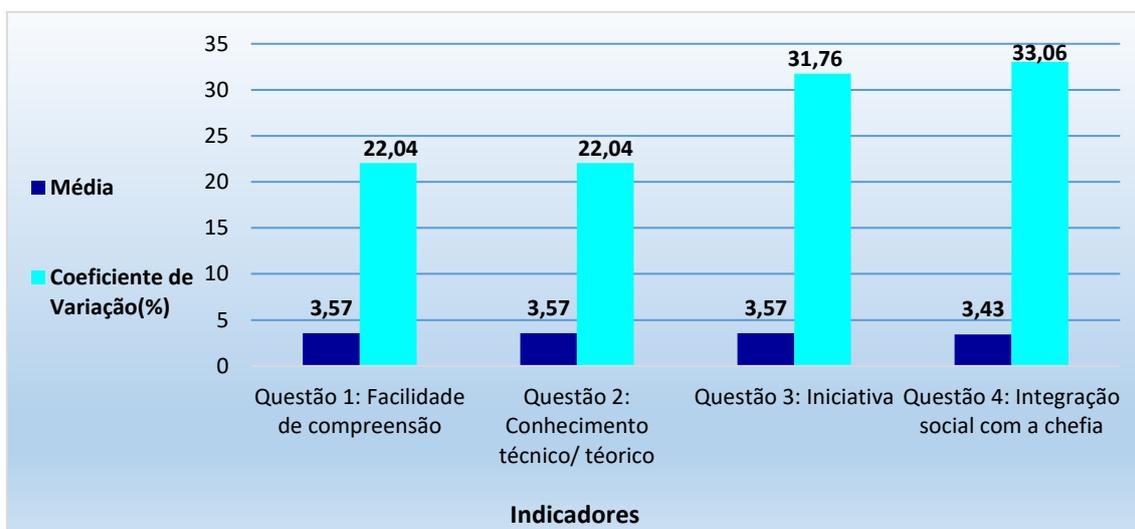
Destaca-se nesta análise o indicador “conhecimento técnico/teórico”, expressando que os estagiários possuem aptidão de conversão e aplicação do conhecimento teórico em ações, fator significativo ao desenvolvimento das competências requeridas para obter êxito na vida produtiva. O ambiente organizacional influencia nesse conjunto de saberes, uma vez que o conhecimento se inicia com a socialização, e seu domínio se articula ao desenvolvimento das competências relacionadas ao conhecimento teórico. Como afirmam Nonaka e Takeuchi (2008), “o conhecimento é criado e expandido por meio da interação social”. Nesse viés, acrescenta-se a importância da atualização dos profissionais no que diz respeito à sua capacitação, frente a um mundo do trabalho constantemente em transformação.



**Gráfico 2.** Empresas do setor de Agenciamento p= 6, Aracaju, Sergipe, nov. 2020. Fonte: os autores (2020).

O Gráfico 3 expressa a avaliação de 7 estagiários na esfera do poder público, em que três indicadores tiveram médias altas iguais (3,57), representando respectivamente “facilidade de compreensão”, “conhecimento técnico/teórico” e “iniciativa”.

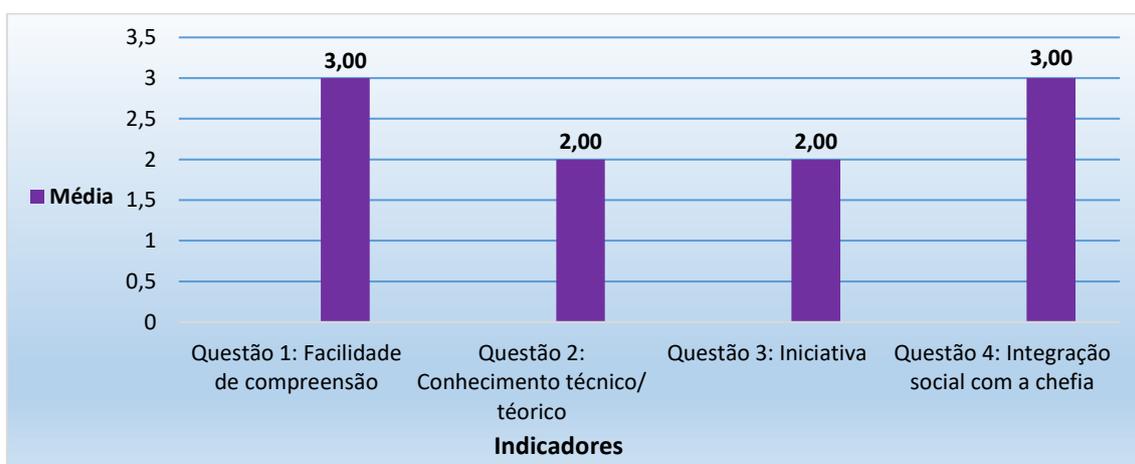
Evidencia-se a “iniciativa” como um dado considerável, pois trata-se de uma característica primordial aos que desempenham funções que estabelecem um contato com o público, a exemplo da atividade turística. A iniciativa está diretamente relacionada com a proatividade, que segundo afirmam Kamia e Porto (2011) “esse tipo de comportamento está positivamente relacionado com objetivos motivacionais que envolvem excitação, ousadia e desafio na vida”. Tendo em vista que o profissional do turismo lida com imprevistos e intercorrências advindas do contato com pessoas de diversas culturas, a iniciativa é um tipo de comportamento que certamente o diferencia dos demais.



**Gráfico 3.** Segmento Poder Público p= 7, Aracaju, Sergipe, nov. 2020. Fonte: os autores (2020).

No Gráfico 4, que representa o estágio no setor de alimentos e bebidas (restaurante), onde cita-se a avaliação de apenas 1 estagiário, os indicadores “facilidade de compreensão” e “integração social com a chefia”, obtiveram a maior média (ambas, 3,0).

Isto posto, ressalta-se que a comunicação deve estar sempre presente, principalmente neste segmento, onde a prestação de serviço é feita de forma interligada entre os colaboradores de todos os setores. Para Oliveira e Paula (2010) pessoas que acreditam que a comunicação é um fenômeno espontâneo e natural da sociedade são conhecedoras do assunto, e por isso a dominam. Por sua vez, presente em todos os ramos das relações humanas, o “entendimento é a palavra-chave” (Gevaerd, 2007), mas na relação hierárquica a integração com a chefia é preponderante para que o serviço tenha fluidez.



**Gráfico 4.** Empresas do setor de Alimentos e Bebidas p=1, Aracaju, Sergipe, nov. 2020. Fonte: os autores (2020).

Considerou-se como ponto de partida para as análises dos Gráficos 1, 2, 3 e 4, as médias mais altas em cada indicador, com a representação do melhor desempenho dos estagiários em cada empresa do setor de turismo pesquisada. Do mesmo modo, cada um dos Gráficos exibe o coeficiente de variação, que mostra as discrepâncias dos resultados, pois quanto menor for esse coeficiente, menos próximas estarão as notas entre os entrevistados, ou seja, há mais heterogeneidade no resultado, o que representa que o nível de desempenho entre eles foi menos equitativo. Por esse fundamento, a análise que está por vir, levará em conta os menores coeficientes de variação.

No Gráfico 1, que trata do setor de hospedagem, verifica-se que o menor coeficiente de variação, 11,77%, foi no indicador “facilidade de compreensão”. Embora a média tenha sido alta (3,80), esse dado sinaliza que as notas individuais dos estagiários podem ter sido mais heterogêneas; e isso é algo que não se deseja, pois espera-se que todos os estudantes tenham um aproveitamento equânime.

Com relação ao Gráfico 2, onde analisa-se o setor de agenciamento de viagens, verifica-se que o coeficiente de variação, 14,11%, dos indicadores “facilidade de compreensão” e “conhecimento técnico/teórico”, respectivamente, foi baixo. Assim, mesmo com as médias de 3,66 nos dois indicadores

citados, entende-se que as notas dos estagiários não foram homogêneas, e conseqüentemente o seu desempenho sobre estes indicadores, também não foi.

Já no Gráfico 3, que avalia os estagiários do poder público, constata-se que não houve um coeficiente baixo, sendo o seu menor percentual de 22,04%. Logo, identifica-se que neste segmento, os estagiários tiveram um desempenho mais próximo do mesmo nível.

Por fim, no Gráfico 4, que demonstra a avaliação dos estagiários no setor de alimentos e bebidas (restaurante), vale ressaltar que somente um estudante realizou o estágio neste setor, e, em vista disso, a apresentação deste gráfico foi meramente ilustrativa. Todavia, é importante dizer que o referido estagiário obteve rendimento regular (2,0), nos indicadores “conhecimento técnico/teórico” e “iniciativa”, respectivamente. E por sua vez, média 3,0 nos indicadores “facilidade de compreensão e integração social com a chefia, respectivamente”.

## CONSIDERAÇÃO FINAIS

O estágio supervisionado no Curso de Gestão de Turismo proporciona o exercício da profissão e estimula o estudante a resgatar e utilizar os conhecimentos que foram construídos ao longo da sua formação acadêmica. Ao estagiário são apresentados muitos desafios, pois esse estágio, na condição de componente curricular obrigatório, é desenvolvido concomitantemente aos demais do seu curso, o que requer organização do tempo e dedicação. Nas empresas do setor de turismo e instituições públicas, o estagiário recebe um grande número de clientes em busca de informações e serviços adequados às suas expectativas, e se defronta com momentos em que precisa agir e tomar decisões em prol do bom atendimento, sendo um requisito dessa área de trabalho, a sua atuação proativa.

Assim sendo, este estudo trouxe resultados importantes porque evidenciou onde o estágio do curso de Gestão de Turismo acontece e como os estagiários são avaliados. Ficou claro a pequena quantidade de empresas do setor de turismo que receberam os estagiários, a saber: hospedagem, agenciamento de viagens, restaurante e poder público. Um dado que precisa ser revisto pelo corpo docente e gestão do ensino, dada a existência da variedade de setores da cadeia produtiva do turismo.

Sobre o desempenho nas organizações citadas, embora não esteja escrito na Ficha de Avaliação Geral do Estagiário na Empresa, é sabido que nas empresas que atuam com hospedagem, agenciamento de viagens e restaurante, os supervisores de estágio costumam ficar mais próximos dos estagiários, devido a própria dinâmica das suas atividades. Isso provavelmente tenha influenciado nos resultados da pesquisa, pois verificou-se que os estagiários destes segmentos receberam avaliações melhores. Já aqueles que estagiaram no “poder público”, nos CAT e Postos de informações turísticas, receberam notas de desempenho inferiores aos demais. Pressupõe-se que este registro de desempenho inferior possa ter ocorrido em função desses estagiários não terem tido um acompanhamento supervisionado constante, visto que, na maioria das vezes, os alunos desenvolvem suas atividades sozinhos. Nesse sentido, pelo

estágio supervisionado se tratar de uma prévia do que será realizado de fato no mercado de trabalho, é de fundamental importância que o estagiário seja acompanhado por um supervisor que desempenhe o papel de um orientador, contribuindo com informações acerca do processo laboral, corrigindo possíveis falhas, mostrando na prática o dia a dia da profissão.

Destarte, exceto no setor de alimentos e bebidas (restaurante), que recebeu somente um estagiário e sua média mínima foi 2, todos os outros Gráficos mostraram que, de maneira geral, as médias foram boas em todos os indicadores avaliados. Mínima de 3,40 e máxima de 3,80, considerando-se que a média máxima é 4.

Por se tratar de um estudo exploratório, entende-se que novos dados precisam ser acrescentados à pesquisa para um delineamento do cenário do estágio supervisionado no Curso de Gestão de Turismo. Mas, por ora, esta pesquisa forneceu elementos que podem colaborar para decisões acerca do estágio do curso, sempre em vista de uma aprendizagem mais consistente e uma experiência enriquecedora para o aluno.

## REFERÊNCIAS

- Barbosa, D. R. R. (2004). Estatística aplicada ao turismo e hotelaria. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Brandão, M. R (2009). O Curso de Engenharia de Operação (anos 1960/1970) e sua relação histórica com a criação dos CEFETs. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. 2(2), 55-77. Recuperado de [https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2952/pdf\\_13](https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2952/pdf_13)
- BRASIL (1996). **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm).
- BRASIL(2002a). Ministério da Educação. Parecer/CP Nº 29/2002 Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo. 2002a. Recuperado de [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/superior/legisla\\_superior\\_parecer292002.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer292002.pdf).
- BRASIL (2002b). Resolução CNE/CP 3- Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Brasília: MEC. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>.
- BRASIL (2008). Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, DF. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111788](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788).
- BRASIL (2010). Ministério da educação. Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica. Concepções e Diretrizes. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: junho de

2010. Recuperado de [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192).
- BRASIL (2016). Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. 3ª Edição. Brasília, 2016. Recuperado de [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category\\_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192).
- Castelli, G. (2016). Gestão Hoteleira. 2. ed. São Paulo: Saraiva.
- Ciavatta, M. (2019) Trabalho-educação. Uma unidade epistemológica, histórica e educacional. Trabalho necessário. 17(32). Recuperado de <https://periodicos.uff.br/trabalonecessario/article/view/28306.20>.
- Dencker, A. F. M. (1998) Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo. São Paulo: Futura.
- Flores, P. S. O (2002). Treinamento em qualidade: fator de sucesso para desenvolvimento de hotelaria e turismo. São Paulo: Roca.
- Frigotto, G., Ciavatta, M. & Ramos, M. (2005). A Política de Educação Profissional no Governo Lula: um percurso histórico convertido. Educação & Sociedade, 26(92), 1087-1113. Recuperado de <http://www.cedes.unicamp.br>.
- Frigotto G., Ciavata, M., & Ramos, M. (2014). A educação de trabalhadores no Brasil contemporâneo: um direito que não se completa. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, 6(2) 65-76. Recuperado de <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13088>.
- Gatti, B. A. (2000). Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação. 2.ed. Campinas: Autores Associados.
- Gerhardt, T. E; & Silveira, D. T. (2009). Métodos de Pesquisa. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Gevaerd, E. A. P. (2007). Comunicação. Florianópolis: CETAF-SC.
- Goodson, I. F. (1995). Currículo: teoria e história. Petrópolis: Vozes.
- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe (2018). Resolução nº 31/2018/CS/IFS. Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, ofertado pelo campus Aracaju do IFS. – PPC. IFS, Aracaju, SE: 2018a. Resgatado de [http://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Proen/PPCs\\_-\\_Superiores/Aracaju/CS\\_31Aprova\\_a\\_Reformulao\\_do\\_PPC\\_Tecnologia\\_em\\_Gesto\\_de\\_Turismo\\_-\\_campus\\_Ar.pdf](http://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Proen/PPCs_-_Superiores/Aracaju/CS_31Aprova_a_Reformulao_do_PPC_Tecnologia_em_Gesto_de_Turismo_-_campus_Ar.pdf).
- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe (2018). Resolução nº 24/2018/CS/IFS. Aprova a reformulação do Regulamento Interno de Estágio dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. Aracaju, SE: 2018b. Resgatado de

[http://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Diae/Resolu%C3%A7%C3%A3o\\_CS\\_24\\_Regulamento\\_Interno\\_de\\_Estgio\\_dos\\_Estudantes\\_do\\_IFS.pdf](http://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Diae/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_24_Regulamento_Interno_de_Estgio_dos_Estudantes_do_IFS.pdf).

- Kamia, M. & Porto, J. B. (2011). Comportamento proativo nas organizações: o efeito dos valores pessoais. *Psicologia. Ciência. Profissão*. 31(3). Recuperado de: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932011000300003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000300003).
- Kuenzer, A. Z. (2017). Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educ. Soc., Campinas*, 38 (139), 331-354. Recuperado de [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302017000200331&script=sci\\_abstract&tlng](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302017000200331&script=sci_abstract&tlng).
- Libâneo, J. C. (2006). *Didática*. São Paulo: Editora Cortez.
- Machado, L. (2008). O Profissional Tecnólogo e sua Formação. *Estudos do Trabalho*. Ano II(3). Revista da RET Rede de Estudos do Trabalho. Recuperado de <http://www.estudosdotrabalho.org>.
- Marconi, M.A, & Lakatos, E.M. (2003) *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5.ed.-São Paulo: Atlas.
- Moura, D. H. (2008). A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. 1(1), 23 - 38.
- Nonaka, I., & Takeuchi, H. (2008). *Gestão do Conhecimento*. São Paulo: Bookman.
- Oliveira, I. de L., & Paula, M. A. de (2010). Interações no ambiente interno das organizações: implicações da complexidade. In: Marchiori, Marlene (Org.) *Comunicação e organização: reflexões, processos e práticas*. São Caetano do Sul: Difusão.
- Picanço, C. S (2011). *Desafios da educação profissional e tecnológica: a experiência do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Pimenta, S. G., & Lima, M. S. L. (2012) *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez.
- Ramos, M. (2017). Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. P. 20-43 In: *Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios*. Araújo, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (orgs). Brasília: Ed. IFB.
- Ramos, M., Nogueira, R., & Frigoto, G. (2017). Resistir é preciso, fazer não é preciso: as contrarreformas do ensino médio no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES*.14(19), 26-47. Recuperado de [http://file:///C:/Users/lucag/Downloads/RESISTIR\\_E\\_PRECISO\\_FAZER\\_NAO\\_E\\_PRECISO\\_ASCONTRARR.pdf](http://file:///C:/Users/lucag/Downloads/RESISTIR_E_PRECISO_FAZER_NAO_E_PRECISO_ASCONTRARR.pdf).
- Rauen, F. J. (2015). *Roteiros de iniciação científica: os primeiros passos da pesquisa científica desde a concepção até a produção e a apresentação*. Palhoça: Ed. Unisul.
- Sacristán, J. G. (2017). *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: Penso.
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do Trabalho Científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez.

- Spinillo, A. G. (2013). A dimensão social, linguística e cognitiva da compreensão de textos: considerações teóricas e aplicadas. In: Mota, M. M. P. & Spinillo, A. G. *Compreensão de textos: processos e modelos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Tardif, M. (2014). *Saberes docentes e formação profissional*. 17. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Tiboni, C. G. R. (2003). *Estatística básica para o curso de turismo*. 2. ed. São Paulo: Atlas.
- Tormes, J. R.; Monteiro, L., & Moura, L. C. S. G. A. (2018). Estudo de Caso: Uma Metodologia para pesquisas educacionais. *Ensaios Pedagógicos*, 2 (1), 18-25. Recuperado de <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/57/100>
- Veal, A. J. (2011). *Metodologia da Pesquisa em Lazer e Turismo*. São Paulo: Aleph.

## Índice Remissivo

	<b>E</b>	inhame, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13
eventos, 66, 67, 69, 71		iniciativa, 52
	<b>G</b>	
gênero, 9, 10, 13		
	<b>I</b>	
inglês, 43		
		<b>M</b>
		mulheres, 65, 74, 76
		<b>T</b>
		trabalho, 20, 34, 68

## Sobre a organizadora

### **Queila Pahim da Silva**



Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico nas áreas de Turismo, Hospitalidade e Lazer no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Doutora em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012); Especialista em Planejamento e Consultoria Turística pela Faculdade Estácio de Sá RN (2009); Bacharel em Turismo pela Faculdade de Ciências Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (2005) e técnica de Guia de Turismo pelo SENAC RN (2005). Atua nas áreas de formação de professores para a educação bilíngue de Surdos, educação de Surdos e oratória para ouvintes. Participa dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagens (GECAL) da Universidade de Brasília, Comunidade Escolar: Encontros e Diálogos Educativos da Universidade Católica de Brasília e Ensino de Libras - Língua Brasileira de Sinais do Instituto Federal de Brasília. Faz parte do corpo editorial da Pantanal Editora.



9 786581 460433

**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000  
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil  
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)  
<https://www.editorapantanal.com.br>  
[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)

